T&C
TEORIA E CULTURA

Teoria e Cultura | Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF | ISSN: 2318-101x | v. 21, n. 1, 2026| p. 323-337
DOI: 10.34019/2318-01X.2026.v21.52463

# Da categoria colonial ao povo histórico: os Guaianá entre São Paulo e o Vale do Paraíba do Sul (séculos XVI–XIX)

*From Colonial Classification to Historical Peoplehood: the Guaianá between São Paulo and the Paraíba do Sul Valley (16th–19th centuries)*

*De categoría colonial a pueblo histórico: los Guaianá entre São Paulo y el Valle del Paraíba do Sul (siglos XVI–XIX)*

*Elcio Valmiro Sales de Mendonça*[1]

## Resumo

Este artigo examina as possibilidades e os limites de identificação histórica dos Guaianá no planalto paulista e no Vale do Paraíba do Sul entre os séculos XVI e XIX. Por meio de revisão crítica de bibliografia etno-histórica, histórica e arqueológica, cotejada com referências a relatos coloniais presentes nessa literatura, investiga-se a formação das categorias de identificação indígena e a hipótese de relações com populações Jê meridionais. A análise distingue a recorrência do etnônimo, as interpretações historiográficas e os indicadores arqueológicos regionais, evitando tratá-los como provas equivalentes de continuidade étnica, considerando-se, nesse processo, as condições históricas de produção dos registros e as diferentes perspectivas de seus autores. Argumenta-se que a documentação permite questionar narrativas de desaparecimento indígena, mas não comprova, por si só, uma identidade coletiva contínua ou uma filiação linguística específica dos Guaianá. A associação com grupos Jê meridionais permanece uma hipótese que demanda cotejamento documental e arqueológico mais preciso.

**Palavras-chave**: Guaianá; etno-história indígena; territorialidade indígena; arqueologia do Sudeste brasileiro.

[1] Doutorando em Arqueologia (MAE-USP). Antropólogo. Doutor em Ciências da Religião. Professor no curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Arqueologia: Novos Territórios (UNIMES) e do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (LINTT) MAE-USP.

# Abstract

This article examines the possibilities and limitations of historically identifying the Guaianá in the São Paulo Plateau and the Paraíba do Sul River Valley between the sixteenth and nineteenth centuries. Through a critical review of ethnohistorical, historical, and archaeological scholarship, cross-referenced with accounts of colonial narratives cited in this literature, the study investigates the formation of categories of Indigenous identification and the hypothesis of connections with Southern Jê populations. The analysis distinguishes between the recurrence of the ethnonym, historiographical interpretations, and regional archaeological indicators, avoiding treating them as equivalent evidence of ethnic continuity while considering the historical conditions under which the records were produced and the differing perspectives of their authors. It is argued that the documentary evidence allows narratives of Indigenous disappearance to be questioned but does not establish a continuous collective identity or a specific linguistic affiliation for the Guaianá. The association with Southern Jê groups remains a hypothesis requiring more precise documentary and archaeological cross-examination.


**Keywords:** Guaianá; Indigenous ethnohistory; Indigenous territoriality; archaeology of southeastern Brazil

# Resumen

Este artículo examina las posibilidades y los límites de la identificación histórica de los Guaianá en la meseta paulista y en el valle del río Paraíba do Sul entre los siglos XVI y XIX. Mediante una revisión crítica de la bibliografía etnohistórica, histórica y arqueológica, contrastada con referencias a relatos coloniales presentes en dicha literatura, se investiga la formación de las categorías de identificación indígena y la hipótesis de posibles relaciones con poblaciones jê meridionales. El análisis distingue entre la recurrencia del etnónimo, las interpretaciones historiográficas y los indicadores arqueológicos regionales, evitando considerarlos como pruebas equivalentes de continuidad étnica. Se argumenta que la documentación disponible permite cuestionar las narrativas sobre la desaparición indígena, pero no demuestra, por sí sola, la existencia de una identidad colectiva continua ni una filiación lingüística específica de los Guaianá. La asociación con grupos jê meridionales sigue siendo una hipótesis que requiere un cotejo documental y arqueológico más preciso.


**Palabras clave**: Guaianá; etnohistoria indígena; territorialidad indígena; arqueología del sudeste brasileño.

# Introdução

A história indígena do Sudeste brasileiro apresenta um conjunto de problemas estruturais que derivam tanto da natureza das fontes disponíveis quanto das categorias analíticas utilizadas para interpretá-las. No caso específico dos Guaianá, tais problemas tornam-se particularmente evidentes, uma vez que sua recorrência documental contrasta com a dificuldade de defini-los como uma unidade sociocultural consistente. Essa tensão não é meramente empírica, mas revela um impasse epistemológico que atravessa a historiografia regional desde o século XIX.

A literatura clássica, representada por autores como Sampaio (1903) e Ihering (1904), já indicava a presença dos Guaianá como grupo distinto no contexto paulista, embora suas análises estivessem condicionadas por limitações metodológicas e pelo paradigma evolucionista vigente à época. Posteriormente, interpretações mais recentes passaram a questionar a unidade desse grupo, sugerindo que o termo "Guaianá" poderia designar uma categoria ampla aplicada a diferentes populações indígenas não tupi. Essa leitura, no entanto, tende a reproduzir, de forma acrítica, classificações coloniais que obscurecem a complexidade das formações socioculturais indígenas.

A crítica formulada por Caldarelli (2005) à construção de uma "história mal contada" é central para compreender esse processo. Ao destacar o apagamento sistemático de agentes indígenas na historiografia regional, a autora evidencia que a fragmentação é um produto das formas de narrar o passado. Nesse sentido, a reconstituição da história dos Guaianá exige não apenas a ampliação do corpus documental, mas também uma revisão dos pressupostos teóricos que orientam sua interpretação.

O presente artigo examina a hipótese de que a denominação Guaianá, registrada em diferentes contextos documentais, possa corresponder a coletividades indígenas historicamente situadas. Entretanto, a recorrência do etnônimo, considerada isoladamente, não permite estabelecer a unidade sociocultural dos grupos assim designados. Desta forma, a investigação procura distinguir os registros documentais, as interpretações formuladas pela historiografia e as possibilidades de comparação com os dados arqueológicos, sem tomar como demonstrada uma continuidade que ainda depende de documentação específica.

Nesse sentido, as contribuições de Ingold, Lemonnier e Sahlins são mobilizadas para examinar as relações entre práticas sociais, territorialidade e transformações históricas. Esses referenciais não constituem, por si mesmos, evidências sobre os Guaianá, mas oferecem instrumentos para formular problemas e interpretar criticamente o material apresentado.

Assim, o artigo situa a questão dos Guaianá no âmbito dos estudos etno-históricos e arqueológicos sobre o planalto paulista e o Vale do Paraíba do Sul, procurando explicitar os limites da documentação disponível e as condições necessárias para o desenvolvimento de uma interpretação histórica mais consistente.

# Procedimentos metodológicos e limites do corpus

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise crítica de fontes históricas, etno-históricas, etnográficas e arqueológicas relacionadas à presença dos Guaianá no planalto paulista e no Vale do Paraíba do Sul, entre os séculos XVI e XIX. Para isso, foram levantadas e sistematizadas as informações disponíveis na literatura especializada,

procurando identificar as diferentes denominações atribuídas a essas populações, suas possíveis localizações territoriais e as interpretações construídas pela historiografia acerca de sua identificação étnica e linguística. O corpus documental compreende, principalmente, as informações presentes nas edições publicadas dos escritos de José de Anchieta (1933), examinadas em conjunto com os estudos de Sampaio (1903), Ihering (1904), Monteiro (1994), Prezia (2000) e Cunha (1992). A análise dessas fontes considerou, sempre que possível, a autoria, a cronologia, o contexto de produção e as circunstâncias em que os Guaianá foram mencionados, distinguindo os registros produzidos durante o período colonial das interpretações elaboradas posteriormente. Nesse sentido, os procedimentos foram organizados em quatro eixos: a identificação do etnônimo Guaianá e suas variantes; a localização geográfica das populações mencionadas; as informações sobre suas práticas sociais, ocupação territorial e relações com outros grupos indígenas e agentes coloniais; e as interpretações sobre sua possível associação aos povos Jê meridionais. O cotejamento dessas informações procurou distinguir aquilo que se encontra efetivamente registrado nas fontes históricas das interpretações apresentadas pelos pesquisadores, evitando que a recorrência de determinada denominação fosse considerada, por si só, uma evidência de continuidade étnica.

Para a discussão arqueológica, foram utilizados os trabalhos de Noelli (1999), Afonso (2016) e Araujo *et al.* (2016), particularmente no que se refere aos sítios associados à tradição Itararé-Taquara, à sua distribuição territorial, aos seus contextos de ocupação e às características tecnológicas dos materiais arqueológicos, especialmente a cerâmica. As informações provenientes desses estudos foram comparadas com as localidades mencionadas na documentação histórica, procurando identificar possíveis aproximações espaciais e cronológicas entre os registros arqueológicos e as áreas relacionadas aos Guaianá. Entretanto, essa comparação não pressupõe que os materiais associados à tradição Itararé-Taquara tenham sido necessariamente produzidos por populações identificadas historicamente como Guaianá, uma vez que a identificação de uma tradição arqueológica não corresponde diretamente à identificação de um povo ou de uma família linguística. Da mesma forma, foram consideradas as informações etnográficas sobre os povos Jê meridionais, especialmente os Kaingang, tendo como referência a discussão apresentada por Métraux (1946) acerca das possíveis relações históricas entre essas populações e os Guaianá. A utilização desses dados teve como finalidade examinar os argumentos que sustentam essa aproximação, considerando as diferenças cronológicas entre os registros coloniais e as descrições etnográficas posteriores. Dessa forma, os dados arqueológicos e etnográficos foram utilizados como elementos de comparação, procurando avaliar as possibilidades interpretativas apresentadas pela literatura especializada, sem estabelecer uma relação direta entre semelhanças materiais, classificações linguísticas e identidades étnicas.

A interpretação dos diferentes conjuntos documentais foi orientada pela perspectiva etno-histórica, considerando as contribuições de Cunha (1992), Monteiro (1994) e Sahlins (1985) para a compreensão das transformações históricas vivenciadas pelas populações indígenas em decorrência da expansão colonial. Nesse contexto, foram considerados os deslocamentos territoriais, a formação de aldeamentos, as relações interétnicas e as mudanças nas formas de identificação das populações indígenas, uma vez que esses processos podem ter interferido na maneira como determinados grupos foram registrados e classificados ao longo do tempo. Entretanto, é necessário considerar os limites impostos pela documentação disponível, especialmente porque esta pesquisa não realizou uma análise sistemática de manuscritos coloniais originais, tampouco o exame direto de coleções arqueológicas relacionadas aos Guaianá. Além disso, as dificuldades de

identificação linguística e a ausência de conjuntos arqueológicos seguramente associados a essa denominação não permitem estabelecer uma continuidade sociocultural entre os séculos XVI e XIX apenas com base nas informações examinadas. Nesse sentido, a presença recorrente do etnônimo Guaianá na documentação, as interpretações sobre sua possível relação com os Jê meridionais e os registros arqueológicos regionais foram considerados conjuntos distintos de evidências, cujas aproximações precisam ser demonstradas e não simplesmente pressupostas. Desta forma, a pesquisa procura identificar quais informações encontram respaldo na documentação histórica, quais resultam de interpretações historiográficas e quais permanecem como hipóteses que necessitam de novas investigações documentais, arqueológicas e linguísticas, contribuindo, assim, para uma discussão mais precisa sobre a história indígena do planalto paulista e do Vale do Paraíba do Sul.

## Os Guaianá nas fontes coloniais e a questão da identidade

As fontes coloniais constituem o principal corpus documental para a identificação dos Guaianá no século XVI, sendo simultaneamente indispensáveis e epistemologicamente problemáticas. Sua centralidade decorre do fato de que a documentação produzida por agentes coloniais, sobretudo missionários e cronistas, constitui o primeiro registro sistemático das populações indígenas do planalto paulista e do litoral de São Vicente. No entanto, tais fontes são atravessadas por mediações culturais, linguísticas e políticas que exigem uma leitura crítica rigorosa. Como apontam Cunha (1992) e Monteiro (1994), a documentação colonial não apenas descreve os indígenas, mas os produz enquanto objetos de conhecimento, a partir de categorias que respondem a interesses específicos do projeto colonial.

As cartas de José de Anchieta, escritas entre meados e o final do século XVI, ocupam lugar central nesse conjunto documental. Produzidas no contexto da missão jesuítica, essas cartas oferecem descrições relativamente detalhadas das populações indígenas da região de São Vicente e do planalto de Piratininga. Nesses relatos, os Guaianá aparecem de forma recorrente como um grupo distinto dos Tupi, sendo frequentemente caracterizados por práticas sociais e culturais que os diferenciam de seus vizinhos. Anchieta, ao descrever os habitantes do planalto, distingue explicitamente entre grupos de língua tupi e aqueles que não compartilham das mesmas práticas, sugerindo a existência de uma diferenciação sociocultural relevante (Anchieta, 1933).

Essa distinção é reforçada por outros cronistas e viajantes, que destacam características atribuídas aos Guaianá, como a ausência de antropofagia, a menor belicosidade e a ocupação de áreas de campo aberto. Embora tais descrições estejam claramente mediadas por categorias europeias, especialmente no que se refere à oposição entre "índios mansos" e "índios bravos", elas indicam a percepção de diferenças estruturais nos modos de vida. Como argumenta Viveiros de Castro (1996), as classificações coloniais, embora distorcidas, frequentemente capturam diferenças reais, ainda que as traduzam em termos que não correspondem às categorias indígenas.

A análise dessas fontes exige, portanto, uma abordagem metodológica que considere sua natureza como discursos situados. Nesse sentido, a contribuição da etno-história é fundamental, ao propor uma leitura que articula a crítica das fontes com a reconstrução das experiências indígenas (Cunha, 1992; Fausto, 1998). Em vez de tomar os relatos coloniais como descrições objetivas, a etno-história busca compreender os

processos de tradução intercultural que os constituem, identificando tanto os elementos que refletem a realidade indígena quanto aqueles que resultam de projeções europeias.

A recorrência do etnônimo "Guaianá" em diferentes documentos e contextos constitui um dado empírico relevante que não pode ser ignorado. Como observa Prezia (2000), a consistência dessas referências ao longo do período colonial sugere que não se trata de uma designação arbitrária, mas de uma categoria que corresponde a uma realidade sociocultural reconhecida. Essa recorrência é particularmente significativa quando se considera a diversidade de autores e contextos em que o termo aparece, indicando que sua utilização não se restringe a um único observador ou situação.

Métraux (1946), ao aproximar os Guaianá dos Caingang, atualmente denominados Kaingang, apresentou uma hipótese de classificação etnológica que merece ser considerada na história da discussão. Entretanto, essa aproximação não equivale à demonstração de uma identidade histórica comum, uma vez que depende da comparação entre registros produzidos em épocas e circunstâncias distintas. Nesse sentido, a hipótese deve ser confrontada com informações linguísticas, territoriais e arqueológicas suficientemente contextualizadas.

Os trabalhos de Afonso (2016) e Araujo *et al.* (2016), ao tratarem de ocupações arqueológicas associadas à tradição Itararé-Taquara no estado de São Paulo, fornecem elementos para a comparação regional. Todavia, a presença de conjuntos materiais classificados nessa tradição não permite atribuir diretamente sua produção aos grupos denominados Guaianá nas fontes coloniais. Para estabelecer essa relação, seria necessário demonstrar a correspondência entre cronologias, distribuição dos sítios, características tecnológicas e referências históricas específicas.

A análise aqui desenvolvida considera as denominações étnicas como categorias historicamente situadas, cujos significados podem ter sido modificados pelas relações entre populações indígenas e agentes coloniais. A contribuição de Sahlins (1985) permite discutir essas transformações sem pressupor que a manutenção de um nome corresponda à permanência das mesmas fronteiras de identificação coletiva.

A contribuição de Sahlins (1985) é igualmente relevante para essa pesquisa, quando ele enfatiza que os registros históricos devem ser interpretados como produtos de encontros interculturais, nos quais diferentes sistemas de significação estão em jogo. Nesse sentido, a identificação dos Guaianá nas fontes coloniais pode ser entendida como resultado de um processo de tradução, no qual os colonizadores procuram enquadrar a diversidade indígena em categorias compreensíveis a partir de seus próprios esquemas culturais. Essa tradução, no entanto, não é unidirecional, porque ela também pode ser influenciada pelas formas como os próprios indígenas se apresentaram e interagiram com os colonizadores.

A crítica à leitura literalista das fontes coloniais implica também reconhecer o papel das categorias linguísticas na construção da identidade. Rodrigues (1986) argumenta que a diversidade linguística indígena no Brasil foi frequentemente simplificada pelos colonizadores, que tendiam a agrupar diferentes línguas sob denominações genéricas. No caso dos Guaianá, a ausência de uma identificação linguística precisa nas fontes contribuiu para a ambiguidade de sua caracterização, exigindo uma análise que considere a possibilidade de variação interna.

Desta forma, a análise das fontes coloniais nos permite afirmar que os Guaianá eram percebidos como um grupo distinto, dotado de identidade própria, ainda que essa identidade fosse interpretada e registrada de forma parcial e mediada. A questão central, portanto, não reside na existência dos Guaianá como povo, mas na forma como essa existência foi representada, traduzida e, posteriormente, reinterpretada pela historiografia.

Quando utilizamos diferentes linhas de evidência e adotamos uma abordagem teórica que privilegia a historicidade e a relacionalidade, torna-se possível reconstruir a identidade Guaianá como uma formação sociocultural complexa, cuja unidade se manifesta na continuidade de práticas, relações e modos de existência.

# Territorialidade, prática e ontologia

As referências ao planalto de Piratininga, ao litoral paulista e ao Vale do Paraíba do Sul exigem a identificação da autoria, da cronologia e do contexto de produção de cada documento. A bibliografia mobilizada indica a circulação da denominação Guaianá em diferentes espaços, mas não oferece, de maneira suficientemente sistematizada, uma sequência de localidades e deslocamentos capaz de demonstrar a existência de um único sistema territorial. Desta forma, a distribuição espacial deve ser tratada como problema de investigação, e não como evidência conclusiva de continuidade.

Do ponto de vista teórico, a noção de territorialidade aqui adotada exige o deslocamento de uma concepção cartográfica do território, entendido como superfície delimitada, para uma abordagem relacional e processual. Nesse sentido, a contribuição de Ingold (2000; 2011) é central, ao propor que o território é constituído por meio do habitar, isto é, por práticas cotidianas que integram os indivíduos ao ambiente em um contínuo de relações. O espaço, nessa perspectiva, não é um dado pré-existente sobre o qual a ação humana se projeta, mas o resultado de trajetórias, movimentos e engajamentos que se desenrolam ao longo do tempo.

Ingold (2000; 2011) oferece elementos para compreender o território a partir das práticas de habitar, circular e utilizar os recursos disponíveis. Entretanto, a aplicação dessa perspectiva aos Guaianá depende da identificação documental dos lugares frequentados e das relações estabelecidas com eles. As comparações com populações Jê meridionais podem contribuir para a formulação de questões, mas não substituem a demonstração dos percursos e das formas específicas de ocupação atribuídas aos Guaianá.

A distribuição dos sítios relacionados à tradição Itararé-Taquara, discutida por Afonso (2016) e Araujo *et al.* (2016), constitui uma referência importante para a arqueologia regional. Contudo, a ausência, neste artigo, de uma apresentação individualizada dos sítios, de suas cronologias e de seus conjuntos materiais impede estabelecer uma associação direta entre tais ocupações e os grupos designados Guaianá. A comparação permanece, portanto, no campo das possibilidades interpretativas.

Do ponto de vista metodológico, essa interpretação exige a integração entre dados arqueológicos, etno-históricos e etnográficos, de modo a reconstruir não apenas a localização dos grupos, mas os modos pelos quais esses espaços eram habitados e significados. A proposta de uma arqueologia da paisagem, conforme desenvolvida por autores como Tilley (1994) e Ingold (2000), é particularmente útil nesse sentido, ao enfatizar que a paisagem deve ser compreendida como um campo de relações vivido, no qual práticas, memórias e significados se entrelaçam. No caso dos Guaianá, essa abordagem permite interpretar os vestígios materiais não apenas como indicadores de presença, mas como marcas de um modo de habitar.

A documentação examinada não apresenta informações suficientes para reconstruir concepções cosmológicas próprias dos Guaianá. Por essa razão, as relações entre territorialidade, ambiente e cosmologia são consideradas apenas como possibilidades de investigação, evitando-se atribuir retrospectivamente a esses grupos modelos elaborados a partir de outros contextos etnográficos.

Da mesma forma, as informações etnográficas relativas aos Kaingang e Xokleng não permitem identificar, por analogia, um regime ontológico específico dos Guaianá. Essas comparações são úteis para orientar a investigação, desde que sejam preservadas as diferenças históricas e documentais entre as populações consideradas.

A articulação entre prática e ontologia pode ser aprofundada a partir da antropologia da técnica, conforme proposta por Lemonnier (1992) e Dobres e Hoffman (1994). Esses autores argumentam que os sistemas técnicos não são apenas conjuntos de procedimentos, mas expressões de escolhas culturalmente estruturadas que refletem valores, conhecimentos e relações sociais. No contexto da territorialidade, isso implica reconhecer que as formas de uso do espaço, os modos de produção e as práticas de mobilidade são inseparáveis das concepções de mundo que os orientam. Assim, a territorialidade dos Guaianá deve ser entendida como um sistema técnico-ontológico, no qual práticas e significados se constituem mutuamente.

As formulações de Descola (2005) sobre as relações entre humanos e ambiente são aqui consideradas como referência teórica geral. Entretanto, na ausência de testemunhos específicos, elas não podem ser utilizadas para atribuir aos Guaianá determinada concepção cosmológica, tampouco para definir sua identidade étnica.

Nesse sentido, a territorialidade dos Guaianá não pode ser reduzida a uma dimensão econômica ou estratégica, como frequentemente ocorre nas interpretações baseadas em modelos de ocupação territorial. Ao contrário, ela deve ser compreendida como parte de um sistema mais amplo de relações que envolve práticas, significados e formas de existência. Essa abordagem contribui para discutir a oposição entre natureza e cultura, integrando a análise da materialidade, da prática e da ontologia em um mesmo quadro interpretativo.

Desta forma, o estudo da territorialidade dos Guaianá requer o cruzamento entre documentos historicamente situados, referências geográficas identificáveis e conjuntos arqueológicos com cronologias definidas. No estágio atual da investigação, esses elementos permitem delimitar questões relevantes, mas ainda não autorizam a reconstrução de um sistema territorial específico e contínuo.

## Materialidade e sistemas técnicos

A materialidade constitui um campo privilegiado para a análise da continuidade sociocultural dos Guaianá, sobretudo na medida em que permite acessar dimensões da vida social que escapam às limitações das fontes textuais. No contexto do Sudeste brasileiro, onde a documentação colonial é fragmentária e mediada por categorias externas, a arqueologia assume um papel central na reconstrução das dinâmicas indígenas de longa duração. Como argumenta Caldarelli (2005), o Vale do Paraíba apresenta evidências de ocupações indígenas complexas, cuja interpretação exige necessariamente a integração entre dados arqueológicos e etno-históricos. A ausência dessa articulação contribuiu para a construção de uma narrativa fragmentada, na qual os vestígios materiais são dissociados das populações historicamente documentadas.

Do ponto de vista metodológico, essa integração implica reconhecer que a cultura material não deve ser tratada como um conjunto de objetos isolados, mas como parte de sistemas técnicos e sociais mais amplos. A tradição da antropologia da técnica, inaugurada por Leroi-Gourhan (1964) e desenvolvida por Lemonnier (1992), oferece um referencial fundamental para essa abordagem. Segundo Lemonnier, os sistemas técnicos são estruturados por escolhas culturalmente informadas, que não podem ser explicadas apenas por critérios de eficiência ou adaptação ambiental. Essas escolhas refletem valores,

conhecimentos e relações sociais, constituindo um campo privilegiado para a análise da identidade e da continuidade cultural.

Nesse sentido, a análise das tradições ceramistas associadas ao universo Jê meridional, como a tradição Itararé-Taquara (Araujo *et al.*, 2016; Afonso, 2016; Noelli, 1999), permite identificar padrões técnicos que transcendem a funcionalidade imediata. Elementos como formas, técnicas de modelagem, tratamentos de superfície e padrões decorativos indicam a existência de tradições técnicas compartilhadas, transmitidas socialmente ao longo do tempo. Essas tradições são expressões de modos de fazer que articulam conhecimento técnico, organização social e cosmologia.

A abordagem proposta por Rice (1987) e Shepard (1971) na análise cerâmica reforça essa perspectiva ao demonstrar que os atributos tecnológicos e estilísticos dos artefatos constituem indicadores relevantes para a identificação de tradições culturais. No entanto, conforme argumenta Schiffer (1987; 1999), a interpretação desses dados deve considerar os processos de formação do registro arqueológico, evitando a associação direta e acrítica entre cultura material e identidade étnica. No caso dos Guaianá, essa cautela é particularmente importante, dado o caráter indireto das evidências.

Afonso (2016) evidencia a ampla distribuição de sítios associados a grupos Jê no estado de São Paulo, indicando a existência de redes de mobilidade e interação que articulam diferentes regiões. Esses dados sugerem que a materialidade não apenas reflete práticas locais, mas participa de sistemas mais amplos de circulação de técnicas, objetos e conhecimentos. Essa perspectiva é consistente com a proposta de Dobres e Hoffman (1994), que enfatizam a dimensão social da tecnologia, destacando que os sistemas técnicos são arenas de negociação, reprodução e transformação das relações sociais.

A contribuição de Ingold (2013) permite aprofundar essa análise ao deslocar o foco da técnica como aplicação de conhecimentos para a técnica como processo de engajamento com materiais. Segundo o autor, a produção de artefatos deve ser compreendida como uma prática situada, na qual forma e função emergem da interação entre o agente e o ambiente. Essa abordagem, centrada na noção de "fazer" (making), permite interpretar os vestígios arqueológicos não como produtos acabados, mas como materializações de processos contínuos de interação. No caso dos Guaianá, isso implica reconhecer que os artefatos associados a esses grupos são expressões de modos de fazer que se mantêm ao longo do tempo, ainda que em contextos de transformação.

A análise de artefatos líticos, como os machados estudados por Prous *et al.* (2002), oferece um exemplo concreto dessa abordagem. Esses objetos, frequentemente interpretados apenas em termos funcionais, podem ser analisados como elementos de sistemas técnicos mais amplos, nos quais técnica, uso e significado estão interligados. A padronização de formas e técnicas de produção sugere a existência de tradições compartilhadas, enquanto a variabilidade observada indica adaptações locais e escolhas específicas.

A perspectiva da cadeia operatória, conforme desenvolvida por Leroi-Gourhan (1964) e posteriormente aplicada à arqueologia por autores como Lemonnier (1992) e Dobres (2000), constitui um instrumento metodológico fundamental para a análise da materialidade. Ao reconstruir as etapas de produção, uso e descarte dos artefatos, essa abordagem permite acessar os processos técnicos e sociais que os constituem. No caso dos Guaianá, a aplicação da cadeia operatória à análise cerâmica e lítica permite identificar continuidades nos modos de fazer, mesmo em contextos de transformação histórica.

A incorporação da perspectiva de Ingold (2000) e da teoria da prática permite ainda compreender a materialidade como parte de um processo mais amplo de constituição social. Os objetos não são apenas resultados de práticas, mas também mediadores de

relações, participando ativamente da reprodução da vida social. Essa abordagem se aproxima da proposta de Bourdieu (1977), que enfatiza o papel das práticas na constituição das estruturas sociais, e com a perspectiva de Gell (1998), que atribui aos objetos uma forma de agência distribuída.

No contexto da arqueologia do Sudeste brasileiro, essa abordagem integrada contribui para discutir a fragmentação entre dados materiais e históricos, propondo uma leitura na qual a materialidade é central para a reconstrução da continuidade indígena. Como argumenta Caldarelli (2010), os sítios arqueológicos da região apresentam evidências que indicam a persistência de práticas e padrões técnicos ao longo do tempo, sugerindo a continuidade de formas de vida associadas a populações Jê.

A análise dos sistemas técnicos fornece parâmetros para investigações comparativas, especialmente quando são considerados os processos de produção, uso e descarte dos artefatos. Entretanto, os estudos reunidos nesta revisão não demonstram que os conjuntos materiais mencionados tenham sido produzidos pelos grupos identificados como Guaianá nas fontes históricas. Tal atribuição exigiria uma articulação mais precisa entre documentação, cronologia e contexto arqueológico.

## Transformações históricas e persistência

As transformações dos Guaianá entre os séculos XVII e XIX deve ser compreendida como parte de um processo amplo de reconfiguração sociocultural desencadeado pela expansão colonial portuguesa, cujos efeitos incidiram de maneira profunda sobre as populações indígenas do Sudeste brasileiro. Esse processo não se limitou à ocupação territorial, mas implicou a reorganização das formas de vida indígenas em múltiplas dimensões, incluindo padrões de mobilidade, estruturas sociopolíticas, sistemas técnicos e regimes de classificação identitária. Nesse sentido, a experiência histórica dos Guaianá pode ser compreendida para além de termos de desaparecimento, como transformação contínua como uma transformação contínua, marcada por deslocamentos, incorporações e rearticulações.

A expansão portuguesa no interior do território paulista, especialmente a partir do século XVII, intensificou práticas como o apresamento indígena e a constituição de aldeamentos, que tiveram impactos diretos sobre as populações locais. Os chamados aldeamentos missionários, organizados sobretudo por jesuítas, funcionaram como dispositivos de concentração populacional e reordenação social, nos quais diferentes grupos indígenas eram reunidos sob uma mesma estrutura administrativa e religiosa. Esse processo contribuiu para a dissolução de formas tradicionais de organização territorial e para a emergência de novas formas de identificação coletiva, frequentemente mediadas por categorias coloniais.

Paralelamente, as bandeiras de apresamento desempenharam papel central na desestruturação das populações indígenas, promovendo deslocamentos forçados e fragmentação de grupos. A intensificação dessas expedições, especialmente no contexto da crise do abastecimento de mão de obra indígena, resultou na captura e redistribuição de populações, alterando profundamente as dinâmicas demográficas e territoriais da região. Nesse cenário, os Guaianá foram diretamente afetados, sendo incorporados a sistemas coloniais de trabalho e submetidos a processos de deslocamento que dificultam sua rastreabilidade nas fontes posteriores.

Reis (1979), ao analisar o Vale do Paraíba, evidencia que essa região constituiu um espaço de intensa circulação e interação entre diferentes grupos indígenas, colonizadores e agentes econômicos. A formação de vilas, a abertura de rotas de circulação e a expansão

de atividades agrícolas e mineradoras contribuíram para a reconfiguração do espaço regional, transformando-o em um corredor estratégico que articulava diferentes áreas do território colonial. Nesse sentido, as populações indígenas não necessariamente desapareceram, mas foram incorporadas a novas dinâmicas, muitas vezes sob condições de subordinação.

O trabalho de Caldarelli (2005) contribui para compreender como esses processos foram posteriormente invisibilizados pela historiografia. Ao demonstrar que a narrativa histórica regional tende a ignorar ou simplificar a presença indígena, a autora evidencia que a ausência dos Guaianá nas fontes posteriores não pode ser interpretada como ausência real, mas como resultado de processos de apagamento. A construção de uma história centrada em agentes coloniais contribuiu para a consolidação de uma imagem na qual os indígenas aparecem apenas como elementos residuais ou transitórios.

Nesse sentido, a transformação dos Guaianá deve ser analisada também como um processo de reclassificação. À medida que as categorias coloniais se consolidam, os grupos indígenas passam a ser identificados por termos mais amplos, como "índios mansos", "aldeados" ou "caboclos", que obscurecem distinções anteriores. Esse processo de reclassificação não implica necessariamente a perda de identidade, mas a sua reformulação em novos contextos sociopolíticos. A continuidade dos Guaianá, portanto, pode estar presente sob outras denominações, exigindo uma leitura atenta às dinâmicas de classificação.

A perspectiva de Sahlins (1985) oferece um referencial teórico decisivo para interpretar essas transformações. Ao propor que os eventos históricos são incorporados aos sistemas culturais existentes, o autor demonstra que o contato colonial não implica necessariamente ruptura, mas reinterpretação. As sociedades indígenas, longe de serem passivas diante das transformações impostas, mobilizam seus próprios esquemas culturais para dar sentido a essas mudanças, produzindo novas formas de organização que mantêm continuidade com o passado.

Aplicada ao caso dos Guaianá, essa perspectiva permite compreender a persistência não como permanência de traços estáticos, mas como continuidade de princípios organizadores. Mesmo diante da desestruturação de formas tradicionais de organização territorial e social, elementos fundamentais como a relação com o território, os sistemas técnicos e as formas de sociabilidade podem ser mantidos, ainda que transformados. Essa continuidade é particularmente evidente quando se consideram os dados arqueológicos, que indicam a persistência de padrões técnicos associados a populações Jê na região.

A antropologia da técnica, conforme proposta por Lemonnier (1992), reforça essa interpretação ao destacar que os sistemas técnicos são estruturados por escolhas culturais que tendem a apresentar continuidade ao longo do tempo. Mesmo em contextos de mudança, essas escolhas podem ser mantidas, adaptadas ou reconfiguradas, constituindo um indicador importante de persistência sociocultural. No caso dos Guaianá, a análise de tradições ceramistas e de artefatos líticos sugere a existência de continuidades que atravessam o período colonial.

A abordagem de Ingold (2000; 2013) contribui adicionalmente ao enfatizar o caráter processual da vida social e a centralidade do engajamento prático com o ambiente. Para ele, a persistência não se define pela reprodução de formas fixas, mas pela continuidade de processos de habitar e fazer. Mesmo em contextos de deslocamento e transformação, os modos de engajamento com o ambiente podem ser mantidos, permitindo a reprodução de formas de vida.

Os estudos sobre aldeamentos, apresamento e reclassificações coloniais demonstram que o desaparecimento de determinada denominação nos registros não

corresponde, necessariamente, ao desaparecimento das populações anteriormente identificadas por ela. Contudo, essa constatação geral não comprova, por si mesma, a continuidade histórica dos Guaianá entre os séculos XVI e XIX, questão que exige o acompanhamento de trajetórias e registros específicos.

## Considerações finais

O presente artigo partiu do problema fundamental de saber se os Guaianá, frequentemente tratados na historiografia como uma designação genérica ou ambígua, poderiam ser compreendidos como um povo historicamente identificável no Sudeste brasileiro entre os séculos XVI e XIX. A hipótese orientadora sustentou que, apesar da fragmentação das fontes e das reclassificações coloniais, os Guaianá constituíam uma coletividade sociocultural dotada de continuidade histórica, cuja unidade se expressa não na fixidez de traços, mas na persistência de práticas, relações e modos de existência. O objetivo central consistiu, portanto, em demonstrar essa continuidade por meio da articulação entre fontes coloniais, dados arqueológicos e referenciais teóricos da antropologia contemporânea.

A revisão bibliográfica permitiu identificar referências históricas e interpretações que distinguem populações designadas como Guaianá de outros grupos indígenas. Entretanto, a natureza dessas classificações e as circunstâncias em que foram registradas impõem limites à sua utilização como indicadores de identidade coletiva. A recorrência do nome constitui um dado relevante, mas não demonstra, isoladamente, a existência de uma única coletividade ao longo do período estudado.

A associação entre Guaianá e Caingang, proposta por Métraux (1946), e os estudos arqueológicos relativos à tradição Itararé-Taquara oferecem possibilidades de comparação com populações Jê meridionais. Entretanto, as diferenças cronológicas e a ausência de vínculos documentais diretos impedem considerar essa aproximação como identificação étnica demonstrada.

No que se refere à territorialidade, a documentação examinada permite reconhecer referências espaciais que merecem investigação mais detalhada. Contudo, a ausência de uma sequência de localidades, deslocamentos e contextos arqueológicos suficientemente documentados impede reconstruir, neste momento, um sistema territorial especificamente Guaianá.

Os processos de aldeamento, apresamento e reclassificação colonial constituem elementos importantes para compreender as transformações das denominações indígenas ao longo do período. Entretanto, a hipótese de continuidade dos grupos identificados como Guaianá deve ser examinada a partir de trajetórias documentadas, evitando-se transformar a possibilidade histórica de persistência em conclusão previamente estabelecida.

A discussão teórica desenvolvida ao longo do artigo permitiu, portanto, superar a oposição entre "povo" e "categoria genérica", propondo uma abordagem na qual a identidade é compreendida como um processo histórico e relacional. A incorporação das contribuições de Barth (1969), Sahlins (1985), Ingold (2000; 2013), Lemonnier (1992) e Viveiros de Castro (1996; 2002) possibilitou construir um quadro interpretativo no qual materialidade, territorialidade e ontologia são dimensões interdependentes da vida social. Nesse quadro, os Guaianá emergem como uma coletividade cuja unidade se define pela continuidade de práticas e relações, e não pela fixidez de características.

Do ponto de vista metodológico, o artigo demonstrou a importância de integrar diferentes linhas de evidência na análise da história indígena. A combinação entre etno-

história, arqueologia e antropologia da técnica permitiu superar as limitações de cada abordagem isoladamente, produzindo uma interpretação mais robusta e coerente. Essa integração evidencia a necessidade de abordagens interdisciplinares para a reconstrução das histórias indígenas, especialmente em contextos marcados pela fragmentação documental.

Em termos mais amplos, os resultados deste estudo contribuem para a revisão crítica da historiografia sobre o Sudeste brasileiro, principalmente ao demonstrar que a ausência aparente de determinados grupos indígenas nas fontes posteriores não implica seu desaparecimento, mas reflete processos de invisibilização e reclassificação. Ao recuperar a historicidade dos Guaianá, o artigo propõe uma leitura na qual os povos indígenas são reconhecidos como agentes ativos na construção de suas trajetórias, capazes de reconfigurar suas formas de vida diante das transformações impostas pela colonização.

Conclui-se, portanto, que a identificação histórica dos Guaianá constitui uma questão que não pode ser resolvida pela oposição entre a existência de um povo homogêneo e o emprego de uma categoria colonial genérica. A bibliografia examinada apresenta elementos relevantes para a formulação dessa hipótese, mas também evidencia a necessidade de ampliar o exame direto das fontes, individualizar os contextos arqueológicos e estabelecer critérios explícitos de comparação. Desta forma, a principal contribuição do artigo consiste em delimitar o problema histórico e indicar as condições documentais e metodológicas necessárias para sua investigação.

## Referências

AFONSO, Marisa Coutinho. "Arqueologia Jê do estado de São Paulo". In: *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*, 27: 30-43, 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137279.

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo: Rio de Janeiro, 1933.

BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries*. Boston: Little, Brown, 1969.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CALDARELLI, Solange Bezerra. "A ocupação indígena do vale do paraíba, do período pré-colonial ao contato com o branco". CALDARELLI, Solange Bezerra. *Arqueologia do Vale do Paraíba: Rodovia Carvalho*. São Paulo: 2004a.

CALDARELLI, Solange Bezerra. *Arqueologia do Vale do Paraíba: Rodovia Carvalho*. São Paulo, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.

DOBRES, Marcia-Anne. *Technology and social agency*. Oxford: Blackwell, 2000.

DOBRES, Marcia-Anne; HOFFMAN, Christopher. "Social agency and the dynamics of prehistoric technology". In: *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol.1, No. 3, p. 211-258, 1994.

FAUSTO, Carlos. *Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment*. London: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. *Making: anthropology, archaeology, art and architecture*. London: Routledge, 2013.

IHERING, Hermann von. "Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo". In: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6, p. 23–44, 1904.

LEMONNIER, Pierre. *Elements for an anthropology of technology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992.

LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70, 1964.

MÉTRAUX, Alfred. *The Caingang*. In: STEWART, Julian H. (ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, 1946, v. 1: The marginal tribes, p. 445–475. (Bureau of American Ethnology Bulletin, 143).

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872–2000. Revista USP, n. 44, p. 218–269, 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269

PREZIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista: nas crônicas quinhentistas e seiscentistas. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.*

PROUS, André; et al. "Os machados pré-históricos no Brasil: descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização". In: *Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, Xingó, n. 2, p. 161–236, 2002.

REIS, Paulo Pereira dos. *O indígena do vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas*. (Coleção Paulística, v.16). São Paulo: Governo do Estado, 1979.

RICE, Prudence. *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SAMPAIO, Theodoro. "Os Guayanás da Capitania de São Vicente". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 8, p. 159–169, 1903 [volume publicado em 1904].

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHIFFER, Michael. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SCHIFFER, Michael. *Behavioral archaeology*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999.

SHEPARD, Anna O. *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institution, 1971.

TILLEY, Christopher. *A phenomenology of landscape: places, paths and monuments*. (Explorations in Anthropology). Oxford: Berg, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. Mana, v. 2, n. 2, p. 115–144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.